



**SOBRE PROJETOS ESTATAIS: A PUBLICAÇÃO DA COLEÇÃO *HISTORIA DE LA NACIÓN ARGENTINA* (1936) E A ASCENSÃO PROFISSIONAL DE RICARDO LEVENE (1885-1959)<sup>1</sup>**

**ABOUT STATE PROJECTS: THE PUBLICATION OF THE *HISTORIA DE LA NACIÓN ARGENTINA* (1936) COLLECTION AND THE PROFESSIONAL RISE OF RICARDO LEVENE (1885-1959)**

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo discutir e analisar o processo de publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936), em Buenos Aires, Argentina. Esta foi apresentada pelo historiador Ricardo Levene (1885-1959), que, por conta dos cargos que ocupava, tinha grande proximidade com o Estado, cujas políticas de cunho conservador marcaram a década de 1930, à Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia, instituição que tinha papel de assessoramento para questões históricas para o governo do período. A coleção foi apresentada como um projeto que tinha a intenção de se constituir em uma síntese sobre a história do país e obteve apoio do Estado com discussões no Congreso Nacional. Assim, a partir dos pré-textos da obra, discute-se o contexto de proposição e publicação da coleção e os argumentos apresentados para sua aprovação, analisando-a como um projeto estatal que visava a constituição de uma narrativa bastante específica sobre a história argentina.

**Palavras-chave:** História nacional. Ricardo Levene. Estado argentino.

**Abstract:** This paper aims to discuss and analyze the publication process of the collection *Historia de la nación argentina* (1936), in Buenos Aires, Argentina. This was presented by the historian Ricardo Levene (1885-1959), who, because of the positions he held, was very close to the State, whose conservative policies marked the 1930s, to the Junta de Historia y Numisática/Academia Nacional de la Historia, an institution that played an advisory role on historical issues for the government of the period. The collection was presented as a project that was intended to constitute a synthesis of the country's history and obtained support from the State with discussions at the National Congress. Thus, from the pre-texts of the work, the context of the collection's proposition and publication and the arguments presented for its approval are discussed, analyzing it as a state project that aimed at the constitution of a very specific narrative about Argentine history .  
Keywords: National history. Ricardo Levene. Argentine State.

Mariana Schossler  
Doutoranda em História  
pela Universidade do  
Vale do Rios dos Sinos  
(UNISINOS)  
marianaschossler@yahoo.com.br

**DOI:** <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1025.09>

<sup>1</sup> Este trabalho possui financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

## Introdução

A formação dos Estados Nacionais, primeiramente na Europa e, posteriormente, na América, trouxe alguns desafios, não apenas no sentido da organização político-institucional, mas, também, e principalmente, no que diz respeito à construção de uma identidade em comum aos seus cidadãos, o que passa, por sua vez, pela escrita de uma história nacional.<sup>2</sup> No caso da Argentina, sua formação enquanto nação andou de mãos dadas com a produção de uma história nacional.

Um dos principais exemplos foi Bartolomé Mitre (1821-1906), general e presidente da Argentina entre os anos de 1861 e 1868.<sup>3</sup> Colecionador de fontes, construiu com o passar dos anos uma grandiosa biblioteca. Sua *operação historiográfica* estava calcada na ampla utilização de extensos fundos documentais, na medida em que compreendia que as fontes garantiriam a “verdade” histórica, e, por isso, eram diligentemente citadas e reproduzidas. A partir da década de 1850, Mitre passou a dedicar-se de forma mais sistemática aos estudos historiográficos.<sup>4</sup> A especificidade de seus textos – em relação a outros historiadores de sua época – reside no fato de que uniu uma metodologia de utilização de documentos com uma narrativa que satisfazia as expectativas do momento que a nação vivia sob seu nome já muito conhecido.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, compreendo o Estado não apenas como uma instituição político administrativa, mas, também, como uma realidade sociológica, que permite, a partir do monopólio da força e do poder (político, social e econômico) e de seu amparo por uma parcela significativa de uma sociedade, pôr em prática um projeto ideológico e social em um determinado território. Neste sentido, este projeto pode englobar uma série de iniciativas que visam a criação de uma identidade comum, fazendo com que políticas culturais e/ou pedagógicas sejam privilegiadas, no sentido de oferecer à população um olhar bastante específico sobre a história de seu país, o que, inclusive, auxiliaria na legitimação de um determinado grupo político ou regime de governo.

<sup>3</sup> Sob seu comando, a Argentina foi unificada, sob a influência de Buenos Aires enquanto capital e sede do governo nacional.

<sup>4</sup> Data desta época a *Galería de Celebridades Argentinas* (1857), um conjunto de biografias composto por textos como a *Historia de Belgrano y de la Independencia argentina* (1857). Entretanto, algumas de suas principais obras foram publicadas apenas na década de 1880, como a *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1887). Grande parte de suas obras gira em torno tanto da Revolução de Maio, quanto de seus principais líderes, principalmente, aqueles considerados de posicionamento político liberal. Na *Galería* (1857), biografou José de San Martín, Manuel Belgrano, Juan Lavalle, Guillermo Brown, Gregorio Funes, Bernardino Rivadavia, José Manuel García, Florencio Varela e Mariano Moreno. Essas biografias deram origem a obras posteriores. A Revolução é tida, nestes textos, como momento fundador da Argentina, e seus líderes são alçados a um panteão nacional. Talvez por conta de sua atuação como general, Mitre encarou o registro da história como um campo de batalha (SHUMWAY, 2008), no qual procurou defender os privilégios de Buenos Aires em relação às demais províncias.

<sup>5</sup> Embora muitas das críticas feitas a seu trabalho evidenciem o fato de que Mitre esteve próximo dos fatos que descreveu e que os cargos políticos que ocupou interfeririam nas conclusões às quais chegou, suas obras alcançaram grande publicidade, sendo comercializadas na Europa e tornando-se um modelo de narrativa sobre a história nacional cujo estilo poderia ser imitado.

No entanto, embora Mitre tenha reconstituído as biografias de muitas das grandes personalidades argentinas, era necessário, ainda, escrever uma *historia nacional*, ou seja, um livro – ou coleção – que se propusesse a abarcar a história do país desde antes da sua existência, o período pré-colombiano, até a formação da nação em meados do século XIX. No ano de 1936 vieram a público, em Buenos Aires, os primeiros volumes da coleção *Historia de la nación argentina*. Esta publicação tinha por objetivo reconstituir a história da Argentina desde sua primeira ocupação por grupos indígenas até a organização nacional de 1862 e se constituiu em um extenso projeto de reunião de historiadores para a escrita de cada um dos capítulos dos dez volumes que originalmente a compunham. O projeto foi apresentado por Ricardo Levene (1885-1959), historiador, professor universitário e presidente da Junta de Historia y Numismática (JHyN). Essa instituição era financiada pelo Estado e, na década de 1930, construiu uma grande proximidade com o presidente Agustín P. Justo<sup>6</sup>, dada a proximidade de Levene com o mesmo e o papel de conselheiro que acabou por assumir.

Nesse contexto, no qual Justo exercia um governo que tinha por objetivo um retorno às políticas conservadoras do Estado argentino após mais de uma década de governos Radicais, a coleção *Historia de la nación argentina* (1936) serviu, de certa maneira, como uma iniciativa que visava a exaltação de uma ideia de nação que servia ao período e aos historiadores da época, e, inclusive, porque recebeu vultosos recursos a partir de um projeto de lei, o que permitiu a sua execução. No mesmo sentido, a coleção marcou uma fase de intensa ascensão profissional de Levene, que, além de ocupar a presidência da JHyN, destacou-se como professor universitário e em diversas obras que publicou ao longo de mais de duas décadas de trabalho.

Assim, o objetivo do presente texto é analisar o processo de publicação da coleção, indo desde a proposição do projeto por Levene, passando pela proposição à JHyN, a votação no Congresso argentino, sua escrita e impressão. Minha intenção não é analisar o conteúdo da coleção em si, mas sim o percurso traçado por seu organizador para sua publicação. Considero a *Historia de la nación argentina* (1936) um projeto estatal, mas, ao mesmo tempo, uma iniciativa do próprio Levene em garantir sua ascensão profissional e seu reconhecimento por

---

<sup>6</sup> O General Justo foi presidente entre os anos de 1932 e 1938. “Nacido el 26 de febrero de 1876 en Concepción del Uruguay, Agustín Pedro Justo emprendió la carrera de las armas y fue profesor y director del Colegio Militar de Buenos Aires. Entre 1922 y 1928 fue ministro de la guerra con el presidente Marcelo T. de Alvear. En 1930 participó en el golpe dirigido por José Félix Uriburu, que derrocó al presidente radical Hipólito Yrigoyen. Justo ascendió a general y comandante en jefe del ejército durante la presidencia de Uriburu” (RUIZA; FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004, s/p). Seu governo fez parte do período que ficou conhecido como “década infame”, por conta das políticas conservadoras e autoritárias. Faleceu em 1943, em Buenos Aires.

parte de seus pares. Para tanto, realizo uma rápida reconstituição da trajetória do historiador, privilegiando algumas obras importantes, bem como do contexto de publicação da coleção.

Para analisar o processo de publicação, me utilizo de uma série importante de fontes, que permitem a reconstituição do processo, bem como de algumas das intenções de Levene em relação ao projeto. A segunda edição da coleção, de 1939, traz, como pré-textos, uma série de documentos: o *Prólogo*, por Ricardo Levene; *El plan orgánico de la “Historia de la nación argentina”*, por Ricardo Levene, que sintetiza a forma como a coleção se organizava, tomo a tomo, bem como uma listagem dos capítulos, seus títulos e os respectivos autores dos textos; *Advertencia a la 2ª edición*, por Ricardo Levene; *Algunos juicios sobre la “Historia de la nación argentina”*, que traz uma série de textos, notícias e resenhas publicados em jornais e periódicos tanto na Argentina quanto no exterior, e que trazem comentários – em sua grande maioria, elogiosos – sobre a organização, a magnitude e o conteúdo da coleção; as *Actas de la Academia Nacional de la Historia relacionadas con la publicación de la “Historia de la nación argentina”*, que se constituem em excertos de discussões dentro da instituição sobre o projeto de Levene, antes e depois da aprovação pelo Congresso Nacional; *Documentación oficial*, que reúne as atas das discussões dentro da Câmara dos Deputados, no Senado, o Projeto de Ley, bem como a Ley 12114/1934, que autoriza, regulamenta e dispõe do financiamento para a publicação da coleção; uma lista de publicações da instituição até então, intitulada *Publicaciones de la Academia Nacional de la Historia*; e *La Academia Nacional de la Historia. Breve noticia histórica*, por Enrique de Gandía, que traz uma reconstituição da história e dos principais feitos da instituição e seus membros desde a fundação da instituição até o ano de 1934. Esse conjunto de documentos possibilita, para além da reconstituição, a identificação de uma narrativa sobre o processo, evidenciando as intenções tanto de Levene quanto do Estado com a publicação da coleção.

### **Ricardo Levene: uma trajetória de ascensão profissional**

Ricardo Levene (1885-1959), nascido em Buenos Aires, estudou no Colegio Nacional Central e defendeu sua tese junto à Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), em 1905. Intitulada *Leyes sociológicas*, a tese escrita pelo historiador foi publicada em 1907 em formato de livro, com cerca de 150 páginas (HERAS, 1961;

ESCUADERO, 2010).<sup>7</sup> Na época na qual defendeu sua tese, Levene já havia construído uma carreira enquanto jornalista e, ainda, no movimento estudantil.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, parece ter tido em homens como Juan A. García, José N. Matienzo, Rodolfo Rivarola e Ernesto Quesada os influenciadores de algumas das discussões que foram desenvolvendo com o passar do tempo em suas produções. Também utilizaram alguns periódicos de sua época para iniciar seus debates.<sup>9</sup>

A partir de 1911, contudo, seu ingresso como docente na FFyL pode ser considerado um novo marco em sua trajetória. Segundo Gandía (1931), Levene passou a publicar obras como *Los orígenes de la democracia argentina* (1911) e *Lecciones de historia argentina* (1912), um manual escolar para o nível secundário<sup>10</sup>, com prólogo de Joaquín V. González<sup>11</sup>, intelectual a quem admirava, que “[...] analizó [...] el esfuerzo del joven profesor que había

---

<sup>7</sup> Segundo Levene (1907, p. 10), “Dentro del amplio contenido de la Sociología, el tema de leyes sociológicas es tanto más novedoso é [sic] interesante, cuanto que aún no se ha emprendido un trabajo de afirmación y de selección en esa materia”. Assim, diz o autor, passou a se informar sobre a temática, lendo trabalhos sobre o assunto, optou por trabalhar as leis que regeriam as sociedades, pois acreditava que, considerando-se o ponto de vista metodológico, era o aspecto mais importante para o desenvolvimento de estudos em Ciências Humanas. A partir daí, começa ele próprio a discutir, através dos princípios das leis sociológicas, sua aplicação. “Sin huir del tema, he traído á colación numerosos principios relacionados con las leyes [sic] de la Sociología, y que hoy se consideran [sic] definitivamente adquiridos. Y siempre, sea en la parte expositiva y de métodos, sea en lo relativo á la crítica de las leyes propuestas por los autores, he tratado de rebatir argumentos ó teorías con palabras autorizadas” (LEVENE, 1907, p. 10-11). Ao comentar a publicação da tese de Levene, Carlos Heras (1961) aponta que este foi o primeiro trabalho do historiador que seguia um acentuado rigor acadêmico, e que havia chamado a atenção dos círculos intelectuais bonaerenses, o que lhe garantiu cargos de catedrático no Colegio Nacional Mariano Moreno e na Escuela Normal de Flores. Participou ativamente, também, de atividades de extensão universitária, como conferências e cursos.

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre detalhes acerca da trajetória de Levene, pode-se consultar os trabalhos de Gandía (1931), Heras (1961) e Escudero (2010).

<sup>9</sup> Segundo Fernando Devoto e Nora Pagano (2009, p. 145), “En la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, las figuras de Juan A. García, José N. Matienzo, Rodolfo Rivarola y Ernesto Quesada expresaban convicciones más o menos compartidas que giraban en torno a la necesidad de reflexión sobre problemas nacionales desde una perspectiva histórica; expresaron sus ideas en cantidad de textos y publicaciones periódicas en las que comenzaron a converger viejas y nuevas generaciones como los *Anales de Derecho y Ciencias Sociales*, la *Revista Argentina de Ciencias Políticas y Revista Jurídica y de Ciencias Sociales*. En ellas harán sus primeras armas los jóvenes juristas devenidos en historiadores cuando todavía se escuchaban los ecos de las huelgas estudiantiles de 1903-4; por las páginas de estas publicaciones especializadas desfilaron artículos y recensiones, críticas que operaron como soportes iniciales en la nueva gestión historiográfica”.

<sup>10</sup> As *Lecciones de historia argentina* (1912), compostas por dois volumes de cerca de quinhentas páginas cada, foram pensadas pelo próprio autor como um manual para a “educação moral da juventude”. A História, enquanto disciplina, teria o caráter de promover a união dos argentinos em torno de um passado comum. O ensino secundário, para o qual a obra estaria destinada, permitiria, além de uma educação formal com um mesmo referencial comum para os jovens do país, uma maior complexidade de análise na obra, proposto pelo próprio Levene (1930, p. XXVIII): “Desde el punto de vista formal, teniendo presente el destino de este libro y los procedimientos didácticos desarrollados para hacer con provecho su enseñanza, he conformado el plan del trabajo a las siguientes normas: 1º complementan cada uno de los dos volúmenes de esta historia, otros que versan sobre ‘Lecturas Históricas’, en los que se transcribe la parte principal y pertinente de la documentación histórica, sobre la que descansa y se apoya la historia misma”.

<sup>11</sup> González (1863-1923) foi professor, escritor e político. Em 1905, auxiliou na fundação da Universidad de La Plata, na qual também lecionou. Também publicou algumas obras sobre jurisprudência.

resuelto con saber y maestría los arduos problemas de la enseñanza de la Historia en el ciclo medio. Señaló [...] los aciertos del nuevo texto, tanto en lo referente a la arquitectura como al método expositivo” (HERAS, 1961, p. 22)<sup>12</sup>, e o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920). No final de 1912, o Consejo directivo de la Facultad de Derecho designou Levene como professor suplente de Introdução ao Direito e, no ano seguinte, aos vinte e oito anos de idade, iniciou sua carreira como docente também na Universidad de La Plata.

No caso de Levene, sua atuação se solidificou quando do seu ingresso junto a instituições de cunho historiográfico e através do exercício de cargos importantes nas mesmas. O historiador ingressou em 1914, com 29 anos, na Junta de Historia y Numismática (JHyN), na qual exerceu cargos de secretário, vice-presidente e presidente. Foi sob seu comando que, em 1938, a instituição foi reconhecida oficialmente e denominada Academia Nacional de la Historia Argentina (ANH).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Uma das estratégias utilizadas foi a compilação de trechos de fontes na obra, o que tinha objetivo duplo: em primeiro lugar, fazer com que o processo de ensino-aprendizagem se constituísse em algo mais interessante para os alunos. Afinal, os mesmos teriam a experiência de ler os documentos e concluir, a partir de sua própria leitura, construir seu conhecimento sobre o passado. O que Levene não leva em conta, contudo, é que, ao transcrever apenas “a parte principal e pertinente da documentação histórica”, está ele próprio direcionando a leitura dos alunos, já que houve uma escolha, uma seleção daquilo que seria reproduzido. Essa seleção determina, em última instância, que apenas são dignos de interesse ao público escolar aqueles documentos que Ricardo Levene considerava relevantes, em detrimento de outros. Em segundo lugar, e levando em conta o apreço de Ricardo Levene pela metodologia como base para a construção do conhecimento histórico, sua estratégia de reprodução de fontes inseriria o aluno nesse processo de considerar o documento como um aspecto imprescindível para a pesquisa e, ainda, como a fonte da “verdade histórica”. “De este modo, el alumno puede seguir, dirigido por la mano experta del maestro, el proceso, educativo e interesante, que conduce al descubrimiento de la verdad y despierta en la mente fecundas sugerencias. Además, habrás desterrado asó el dogmatismo en la enseñanza de esta asignatura, afirmando el carácter objetivo de la verdad histórica, que resulta de una más prolija investigación y verificación de documentos [...]” (LEVENE, 1930, p. XXVIII-XXIX). Para além disso, Levene procurou fornecer, ainda, outros materiais para os leitores das *Lecciones de historia argentina* (1912), como mapas e ilustrações, ao comentar “[...] 2º acompañan al texto, numerosos mapas históricos, en los cuales puede estimar el alumno el desarrollo de los sucesos, y apreciar su verdadero carácter nacional; 3º enemigos de continuar cada capítulo con un resumen que lo descalifica, he creído que cumplen mejor el propósito didáctico de la claridad expositiva, y el científico de la apreciación sintética de conjunto, los cuadros sinópticos que van agregados; 4º por último, este libro contiene también numerosas ilustraciones que ayudan a su fácil comprensión y recuerdo” (LEVENE, 1930, p. XXIX). De certa forma, o autor procurava estabelecer uma separação entre os seus trabalhos e aqueles que o antecederiam, já que procura demarcar uma postura “científica” em relação ao conhecimento histórico, quando afirmava que “[...] se ha hecho de este material una interpretación científica también más moderna, prefiriendo, a una nomenclatura estéril de sucesos, nombres y fechas, la cronología razonada e interpretada de los hechos históricos” (LEVENE, 1930, p. XXVIII).

<sup>13</sup> A Academia Nacional de la Historia havia sido criada no ano de 1893, por Bartolomé Mitre, sendo denominada, primeiramente, Junta de Historia y Numismática Americana. Em 1938, após diversas mudanças de gestão e, já sob a presidência de Ricardo Levene, a Junta passou a se chamar Academia. A Academia constituía-se em um importante espaço, não apenas de discussões entre os diferentes intelectuais que a compunham, mas também de difusão do conhecimento historiográfico, através de publicações, assessoramento sobre questões históricas e produção de material didático. “Esta vertiente tuvo la peculiaridad de conectar a los historiadores profesionales con un amplio sistema relacional que vinculaba zonas de los poderes públicos con otras de la sociedad civil. Desarrollaba tareas de asesoramiento: nombres e establecimientos educativos, calles, estaciones de ferrocarril,

Se o reconhecimento dos pares<sup>14</sup> é um aspecto importante da inserção de um historiador em uma instituição, aqueles profissionais que exercem maior influência neste espaço, como é o caso de um presidente, por exemplo, também possuem um papel importante neste processo. Ricardo Levene, em suas gestões como presidente da Academia e devido a sua proximidade com o Estado, tinha a possibilidade, neste *lugar social* (CERTEAU, 2011), de exercer certo controle sobre as práticas historiográficas. Entretanto, é necessário ressaltar que este controle também dependia, em grande medida, da adesão dos outros membros da Academia aos seus projetos. De nada adiantaria a proposição de alguma diretriz se esta não suscitasse o debate necessário para sua adesão e utilização coletiva.

Note-se que a JHyN oferecia um espaço de integração entre historiadores, o que poderia facilitar as discussões – ou acirrar disputas intelectuais – entre os profissionais. Ao mesmo tempo, esta integração possibilitava uma maior divulgação dos trabalhos realizados no âmbito da instituição, já que, segundo os autores acima citados, a JHyN oferecia assessoria em uma série de eventos e atos públicos e contribuía, também, apoiando a escrita de manuais escolares e a seleção dos conteúdos a serem ensinados. Neste sentido, parece ter havido, efetivamente, por parte da Academia, uma preocupação com a formação da população argentina.

### **O contexto de publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936): um retorno ao conservadorismo após anos de Radicalismo**

Ao chegar à década de 1930, Ricardo Levene ocupava importantes espaços no cenário historiográfico argentino. Era professor tanto na Universidad de Buenos Aires quanto na

---

homenajes, recomendaciones; tuvo una considerable injerencia en materia educativa en lo concerniente a la manualística y los contenidos” (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 162).

<sup>14</sup> No que tange à questão da pertença a determinado grupo e de como esta pode influenciar na construção das obras de qualquer autor, Certeau (2011) lembra-nos que os trabalhos produzidos não têm como objetivo principal o leitor comum, em um primeiro momento, mas, sim, os pares, aqueles que fazem parte de um mesmo círculo, principalmente, o profissional, e que reconhecem estes textos como “obra de valor”. Neste sentido, “Ao “nós” do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. [...] uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as *leis* do meio” (CERTEAU, 2011, p. 56, grifo no original). Ainda segundo Certeau (2011, p. 56), os indivíduos, para que estejam habilitados a definir quais serão as regras do grupo ao qual pertencem, também precisam passar por um processo que o autor denomina como “agregação”, no qual apenas aqueles realmente aceitos por aquele determinado círculo e legitimados pela crítica dos pares têm o direito de interferir na escolha dos novos “membros”: “O estatuto dos indivíduos que têm – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante’ depende de uma ‘agregação’ que classifica o ‘eu’ do escritor no ‘nós’ de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico”.

Universidad de La Plata, produziu bibliografia diversa, inclusive um manual escolar e, ainda, ocupava a presidência<sup>15</sup> da JHyN. Sua ascensão profissional se dará, ainda, nessa década, pelo espaço que ocupará ao atuar próximo ao governo argentino, em um contexto de retorno às políticas de cunho conservador.

Em 1930, um golpe de Estado depôs o presidente Hipólito Yrigoyen, então em seu segundo mandato, dando início ao período que Cattaruzza (2001) denominou “governos de concordância” e Eggers-Brass (2006), em sua obra intitulada *Historia argentina: una mirada crítica*, chamou de “a década infame”. No geral, “los conservadores aspiraban a una república como la que hubo antes del radicalismo, con elecciones libres pero manteniendo la primacía de sus elites [...]” (ÁLVAREZ, 2001, p. 270), ou seja, o predomínio das oligarquias no poder e, além disso, um governo de fortes tendências nacionalistas.

David Rock (1989, p. 273, grifos meus), ao comentar o golpe de Estado, aponta que

En la mayoría de los aspectos, el primer experimento de democracia popular realizado en la Argentina terminó en el fracaso. *Casi todos los problemas que pretendió resolver eran tan evidentes en 1930 como lo habían sido veinte o treinta años atrás. Fundamentalmente, el radicalismo no consiguió superar el problema de la inestabilidad política: en verdad, fue su mayor víctima en el siglo XX. [...] Ilustra la futilidad de pretender implantar un cambio o tratar de llevarlo a la práctica sin contar con los indispensables instrumentos de poder para ello. El aporte del radicalismo al desarrollo de la sociedad argentina tuvo bien el carácter de un precedente o de una anticipación del futuro que el de una realización efectiva. Fue el reflejo de la aparición de una estructura social pluralista, pero también mostró por primera vez las dificultades de aplicar un sistema de poder compartido en una sociedad con marcada inclinación hacia el elitismo y los privilegios tradicionales. Postergó temporariamente los conflictos sociales, pero no los superó.*

Embora tivesse uma proposta de pensar no bem-estar social, o radicalismo não conseguiu resolver muitos dos problemas argentinos. As elites, que antes da emergência dessa tendência em 1916, detinham poder econômico, social e político, continuaram exercendo esse papel e, em 1930, mesmo que Yrigoyen estivesse em seu segundo mandato como presidente, não interferiu no *status quo*. O Gen. José Félix Uriburu<sup>16</sup>, conduziu, assim, uma transição para

<sup>15</sup> Levene esteve à frente da instituição em três mandatos: 1927 a 1931; 1934 a 1953; 1955 a 1959.

<sup>16</sup> Uriburu nasceu em 1868, em Salta, Argentina. “De familia aristocrática, era sobrino del presidente José Evaristo Uriburu. Se educó en un colegio militar en Argentina, donde obtuvo cierta fama de soldado entusiasta y de firme valedor de los derechos y privilegios de los de su clase” (RUIZA; FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004, s/p). Foi presidente entre os anos de 1930 e 1932. “En 1930, siendo ya teniente general en la reserva, José Félix Uriburu encabezó la sublevación contra el presidente Hipólito Yrigoyen y se hizo cargo del poder provisional. En diciembre de ese mismo año hizo una denuncia pública contra la política liberal-radical de Yrigoyen y postuló que una elite

um período marcado por governos que, embora escolhidos em processos eleitorais – em sua grande maioria, fraudulentos –, promoveram esse retorno às práticas políticas dos primeiros anos do século XX.

Em 1932, após uma série de fraudes eleitorais<sup>17</sup>, assumiu a presidência outro militar, Agustín P. Justo (1932-1938).

Desde el punto de vista ideológico, se asistía el desarrollo de varios fenómenos importantes y relativamente novedosos: una crisis de la mirada liberal sobre el mundo, que excedía el plano local y era más profunda que las anteriores; ciertas reorientaciones en las posiciones de los grupos de izquierda, varios de los cuales pasaron de la certeza en la inminencia de la revolución a la consideración de otras vías para alcanzar la reforma social; el ascenso de actitudes que, sin ser del todo uniformes ni nuevas, se proclamaban nacionalistas, en muchos casos vinculadas al catolicismo. Varios de esos procesos habían comenzado en los años veinte, pero en la década de 1930 se volvieron más intensos y evidentes. (CATTARUZZA, 2016, p. 116).

Passado o período do golpe, encabeçado pelo general José Felix Uriburu, que se autodesignou presidente após derrubar a Hipólito Yrigoyen de seu segundo mandato, o governo de Justo se caracterizou pelo que se chamou posteriormente de Concordância (CATTARUZZA, 2016). De certa forma, Justo se tornou uma espécie de conciliador entre as diversas forças políticas, trabalhando com o oficialismo e com a oposição e tomando as decisões políticas em última instância, com o apoio das Forças Armadas.

O que mais chama a atenção em seu governo, contudo, é seu relacionamento com Ricardo Levene. O historiador atuou, durante o governo de Justo, como seu consultor para assuntos relativos à história e à cultura argentina.

Sus intervenciones profesionales durante los años '30, los de la llamada 'restauración conservadora' revelan una íntima cercanía con el poder político de la 'década infame'. Martha Rodríguez explica que Levene participó '(...) asesorando al poder Ejecutivo en cuestiones referidas a Cultura y educación. Su amistad con el presidente Justo y su coincidencia le permitieron llevar a la práctica y dirigir una serie de actividades'. (ESCUADERO, 2010, p. 53).

---

selecta debía reemplazar a la oligarquía liberal-democrática que había ostentado el poder en el país desde 1916. Tras este discurso alejó a los líderes radicales del poder de las administraciones nacionales y locales y disolvió las cortes, hizo una reforma de la constitución y de la ley electoral y se negó a que los antiguos líderes radicales participaran en las labores de gobierno, e incluso en la política en general (RUIZA; FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004, s/p). Faleceu em Paris no ano de 1932.

<sup>17</sup> Sobre o tema, ver Álvarez (2001).

Ainda segundo Escudero (2010), a intenção desse trabalho em conjunto entre o presidente Justo e Levene era bastante específica: uma intensificação da cultura histórica e patriótica do país a partir de uma colaboração permanente do governo nacional, que viria tanto a partir do apoio financeiro para publicações quanto de divulgação de iniciativas em relação à preservação de memória.

Para além disso, a década de 1930 foi importante para a produção de conhecimento histórico, já que a intenção, tanto por parte do Estado, quanto por parte de alguns historiadores, de construir uma narrativa histórica que servisse ao contexto então vivido e que tivesse, nesse sentido, um caráter pedagógico.

Los historiadores, el Estado, los partidos políticos, los intelectuales que reflexionaban sobre las peculiaridades nacionales en ensayos que siempre incluían una perspectiva histórica, parecían entender en los años treinta — aunque ésta no fue una característica exclusiva del período — que el pasado podía tener alguna eficacia sobre la situación presente. Pero en tiempos agitados como aquéllos, las imágenes de la historia de la Argentina no fueron nítidas y, en razón de las incertidumbres que se vivían, tampoco se alineaban estrictamente con las posiciones políticas asumidas. Actitudes diferentes ante el presente, que pretendían legitimarse apelando al pasado, encontraban en los años treinta linajes comunes en los cuales inscribirse. (CATTARUZZA, 2001, p. 433).

A partir dessa pedagogia, a intenção dos historiadores, no período, era reconstituir a história do país procurando encontrar os aspectos aglutinadores da nação, ou seja, aqueles eventos, fatos históricos, características culturais e/ou religiosas, ideologias políticas ou todo e qualquer ponto que possa agregar a população de um Estado em torno de um objetivo comum, criando, efetivamente, uma identidade e um sentimento em relação ao nacional. No entanto, essa reconstituição do passado, além de patriótica, deveria passar por uma aproximação ao caráter “científico” do conhecimento histórico, identificado através da correta utilização do método para esta epistemologia.

Los historiadores de todos los grupos e instituciones estaban convencidos de que la suya era una empresa "científica y patriótica", cuyo objetivo era indagar lo que llamaban, en palabras del presidente de la Academia Nacional de la Historia, Ricardo Levene, el "alma de la nación", y los funcionarios, a pesar de sus diferencias ideológicas, confiaban en que la enseñanza de la historia fortalecería entre los sectores populares el sentimiento patriótico, aunque ofrecieran versiones distintas de ese patriotismo. (CATTARUZZA, 2001, p. 433).

Foi neste contexto, e na posição de presidente da JHyN que, em 1934, Ricardo Levene apresentou à instituição uma iniciativa bastante ambiciosa: a coleção *Historia de la nación argentina*, que seria publicada a partir de 1936.

### **A coleção *Historia de la nación argentina* (1936): uma proposta para o Estado argentino**

Em maio de 1934, Ricardo Levene apresentou à JHyN o projeto de escrita e publicação de uma coleção de livros que se intitularia *Historia de la nación argentina*. Para sua realização, além das aprovações necessárias, o historiador propunha que a coleção seguisse os modelos de outras iniciativas bem-sucedidas, aliando, em sua visão, a ciência histórica e a história nacional. Segundo o historiador, conforme escreveu no *Prólogo* da coleção,

En el estado actual de los conocimientos históricos es verdad admitida que una obra integral de dilatadas proyecciones debe realizarse con la colaboración de investigadores especialistas, sean o no miembros de la Junta, de acreditada autoridad por su labor original, siguiendo el ejemplo de los grandes modelos en su género, que han dado por resultado la redacción de obras magistrales referentes a la historia universal o de determinadas naciones. (LEVENE, 1939, p. 14).

Um dos grandes modelos do gênero citados por Levene é o caso de Ernest Lavisse (1842-1922)<sup>18</sup> que, para além de procurar escrever uma *Histoire de France* (1901), acabou, também, investindo seus esforços no ensino da disciplina, escrevendo manuais escolares que tinham por objetivo rememorar e construir uma identidade em relação ao que seria o *cidadão francês*. Sua *Histoire de France* (1901) serviu de exemplo para a elaboração da coleção *Historia de la nación argentina* (1936).

Este intelectual integrou a Escola Metódica, escola historiográfica que surgiu na França, na virada do século XIX para o XX e que tinha como principal característica a valorização do método, percebido como ferramenta de validação do conhecimento histórico e de reconhecimento entre os pares. Segundo Tereza Kirschner (2010, p. 355, grifo meu), estes personagens consideravam que “O emprego do método da ciência histórica é o que *distinguiria os verdadeiros historiadores dos intelectuais que escreviam história filosófica ou literária*”.

---

<sup>18</sup> Lavisse foi um dos principais nomes da Escola Metódica francesa. Dedicou-se, a partir do ano 1900, à publicação da monumental coleção intitulada *Histoire de France*, que serviu de modelo a diversos historiadores, inclusive o próprio Levene. Lavisse também escreveu manuais escolares de História.

Pensando ainda no contexto vivido pela França<sup>19</sup>, é necessário considerar que os membros da Escola Metódica, e, principalmente, Lavissee, debruçaram-se de forma sistemática sobre o estudo da história nacional, já que argumentavam que “o estudo do passado da nação tornou-se tarefa primordial, *por meio da qual se poderiam alcançar ‘a unidade e a força moral’*. [...] A história-ciência nascia na França sob o signo do patriotismo” (KIRSCHNER, 2010, p. 355-356, grifos meus).

Nesta perspectiva, Lavissee passou a trabalhar em duas frentes, sendo que a primeira foi o ensino de história. Atuando como professor universitário, o historiador participou ativamente do processo de reforma do ensino realizado pelos republicanos, tornando-se, inclusive, conselheiro do governo para assuntos educacionais.<sup>20</sup>

Entre os anos de 1890 e 1901, coordenou, juntamente com Alfred Rambaud, a coleção *História geral do século IV aos nossos dias*, composta por 12 volumes. Sua iniciativa de maior fôlego, todavia, foi a organização da *História da França da época galo-romana à revolução*, iniciada em 1892. Para a concretização deste propósito, Lavissee contou com a colaboração de uma equipe de historiadores e seus nove tomos e 17 volumes foram publicados entre 1903 e 1911. No que tange a esta segunda coleção em específico,

[...] o que distingue a *História da França* organizada por Lavissee das histórias anteriores sobre a França, e que faz dos 27 volumes um lugar de memória, é justamente a *interpenetração da positividade científica e do culto obsessivo da pátria*. Nela fundem-se duas verdades que hoje parecem não ter relação, mas na época eram indissolúvelmente complementares. Enquanto verdades, *legitimaram uma história científica ao mesmo tempo engajada politicamente*. Uma história na qual *a nação é ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico*. (KIRSCHNER, 2010, p. 358-358, grifos meus).

<sup>19</sup> Em 1870, a derrota na guerra com a Prússia e a perda dos territórios da região Alsácia-Lorena geraram, entre os franceses, um sentimento de humilhação. Neste contexto, a questão da honra nacional mobilizou muitos intelectuais, entre eles Lavissee. Com a Terceira República, em 1875, o historiador passa a aderir ao regime, o que permitiu uma defesa da nação e, também a ascensão profissional como professor universitário.

<sup>20</sup> Pensando-se nas iniciativas das discussões em torno da reforma, “Lavissee destacou-se nessa empreitada; participou ativamente de comissões para a reforma do ensino e foi um dos redatores da lei Poincaré, de 1896, que reformou o ensino superior e criou universidades nas províncias. No âmbito do ensino superior, criaram-se novas faculdades e disciplinas, e a carreira universitária foi reestruturada. A história tornou-se uma disciplina acadêmica de prestígio, e o historiador, um profissional respeitado. Quanto ao ensino primário, este tornou-se laico, obrigatório e gratuito” (KIRSCHNER, 2010, p. 356). Para o ensino primário, Lavissee escreveu um manual de história, intitulado *História da França* (1876), que ficou conhecido como *Petit Lavissee*. A obra possuiu inúmeras edições e foi publicada até a década de 1960. Entretanto, as iniciativas do historiador que se mostram mais importantes para o presente trabalho são as coleções que ele organizou e que tinham como temática a história da França.

Lavisse atuou no sentido de dar à nação o papel central de sua narrativa. A intenção era mostrar que a França possuía raízes muito mais, que dariam unidade à sua população. A cultura, a religião, a língua e diversos outros aspectos evidenciariam a existência da nação muito antes de um Estado. Ao mesmo tempo, esta construção permitiu a legitimação de um regime político republicano, que necessitava não apenas de aprovação dos cidadãos franceses, mas, também, de um sentimento de autoestima, indispensável para a construção de uma identidade. Esta interpenetração entre uma historiografia, que se queria científica, e a nação como temática a ser exaltada tornou-se uma referência para um projeto análogo na Argentina e que foi dirigido por Ricardo Levene, intitulado *Historia de la nación argentina* (1936).

Inspirando-se no exemplo de Ernest Lavisse, no ano de 1934, Ricardo Levene apresentou aos membros da então Junta de Historia y Numismática a proposta de escrita e publicação de uma história nacional, que deveria contar com 10 tomos em 14 volumes e abarcaria o período temporal iniciado com o período pré-hispânico até o ano de 1862.

**Tabela 1:** Organização dos volumes da coleção *Historia de la nación argentina* (1936).

<b>Tomo</b>	<b>Tema</b>
I	Tiempos prehistóricos y protohistóricos
II	Europa y España y el momento histórico de los descubrimientos
III	Colonización y organización de Hispano América. – Adelantados y gobernadores del Río de la Plata.
IV	El momento histórico del virreinato del Río de la Plata (dos secciones)
V	La Revolución de Mayo hasta la Asamblea General Constituyente de 1813
VI	El proceso de la independencia y de la organización política interna, desde 1813 al advenimiento de Rosas en el gobierno de 1829
VII	Rosas y su época
VIII	La Constitución de 1853 y la organización definitiva de la nación en 1862
IX	Entre Ríos, Corrientes, Santa Fe, Buenos Aires y Territorios Nacionales
X	Córdoba, Mendoza, San Juan San Luis, La Rioja, Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, Salta y Jujuy

**Fonte:** Adaptado de *El plan orgánico de la “Historia de la nación argentina”* (1939).

Os colaboradores poderiam ou não ser membros da Junta, mas deveriam ser especialistas nas temáticas sobre as quais escreveriam. Os textos compreenderiam diversos aspectos da história argentina, dentre os quais estariam os políticos, sociais, econômicos, culturais, educativos, militares e religiosos. Juntamente com a coleção, seriam publicados um manual escolar e um atlas histórico-geográfico. Assim, o projeto abrangeria, também, o ensino de história.

O projeto foi apresentado por Levene à JHyN em 1934, em uma sessão realizada no dia dezanove de maio, e teria sido bastante bem recebido dentro da JHyN/ANH. Sobre essa apresentação, o texto *La Academia Nacional de la Historia. Breve noticia histórica*, de Enrique de Gandía, presente na compilação de pré-textos da edição de 1939 da coleção, afirma que:

El doctor Ricardo Levene inició su segunda presidencia con un plan de acción cultural. En la primera sesión realizada por la Junta el 19 de mayo de 1934, en la cual tomaron posesión de sus cargos los miembros de la nueva Mesa directiva, el doctor Levene presentó la Junta el proyecto de editar una *Historia de la Nación Argentina* escrita en colaboración por los más destacados especialistas del país y del extranjero. La obra constaría de diez volúmenes, más uno de índices; sería de investigación y divulgación a la vez y representaría la última palabra de los conocimientos históricos relativos al pasado de nuestra patria. (GANDÍA, 1939, p. 120).

Ao apresentar a proposta, “el señor Correa Luna expresó que esta iniciativa tiene muy grande importancia, no sólo para la historia argentina, sino para el prestigio de la Junta, y que pedía que se autorizara a la Mesa Directiva y a su Presidente para realizar todas las gestiones que conduzcan a su éxito” (ACTAS, 1939, p. 77). Além de Correa Luna, outros membros da JHyN expressaram seus elogios a Levene e, por isso, sua aprovação para o projeto:

El proyecto de editar la *Historia de la Nación Argentina* escrita por medio de las colaboraciones de los más eminentes historiadores argentinos y extranjeros, mereció a su autor numerosas felicitaciones de los miembros de la Junta, que así lo hicieron constar en actas, de los profesores de historia de las universidades argentinas, de publicistas destacados del país y del extranjero y de academias e instituciones científicas de otras repúblicas americanas.

Por estas razones, la Mesa directiva púsose inmediatamente en acción para obtener el apoyo del gobierno y asegurarse las colaboraciones de los historiadores argentinos y extranjeros. (GANDÍA, 1939, p. 121).

O mesmo membro da instituição elogiou, ainda, a aprovação do financiamento estatal para a publicação pelo Congresso argentino: “En la sesión privada [de 20 de outubro de 1934], don Carlos Correa Luna hizo moción para que se felicitase al doctor Levene por la aprobación por el Congreso Nacional del proyecto de editar la *Historia de la Nación Argentina*, encomendando su redacción a los miembros de la Junta” (ACTAS, 1939, p. 79, grifos no original).

Na Câmara de Deputados e no Senado, a proposta também recebeu aprovação rápida. Na primeira, o deputado Rodolfo Ghioldi<sup>21</sup>, da bancada socialista, expressou a aprovação de seus colegas com as seguintes palavras:

Creemos oportuna la iniciativa de ensayar ahora una síntesis histórica, ya que ha pasado el período de análisis, del estudio y del detalle y de las investigaciones en los archivos y en las publicaciones de épocas pasadas. Después de los meritorios esfuerzos individuales de algunos historiadores y ensayistas del siglo pasado, surgió una generación de investigadores y estudiosos que ha hurgado en los archivos extranjeros, que organizó los archivos nacionales, que rastrea en las publicaciones periodísticas, en los libros y documentos históricos preparando los materiales, y apiló los ladrillos con los cuales ahora se intentará reconstruir el edificio. (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 83).

É interessante notar, contudo, que alguns dos parlamentares tinham ressalvas em relação ao posicionamento interpretativo dos historiadores que participariam da escrita dos textos da coleção. Enrique Dickmann<sup>22</sup>, por exemplo, preocupava-se com a relação vencedores-vencidos na narrativa. E qual seria a solução para esse problema? Uma epistemologia histórica baseada na ciência, que não atendesse a interesses individuais, mas que se ativesse aos fatos, que seriam encontrados exclusivamente no estudo dos documentos.

Por eso he considerado que tal vez sustrayendo la redacción de la historia a los partidos militantes, sustrayéndola a los hombres interesados en los acontecimientos, quizá entregándola a un grupo de hombres de una educación científica y de una preocupación objetiva e impersonal, a un grupo de profesores, podríamos escribir una historia para el futuro argentino que se sustrajera a la influencia de los partidos dominantes y vencedores. Es ese el concepto central que me ha guiado al creer que es una iniciativa fecunda y útil. (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 89).

De forma geral, o projeto da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) não enfrentou grandes restrições no Congresso argentino, tendo sido aprovada com facilidade e resultando, daí, a Ley 12114/1934, que regulamenta os recursos a serem empregados em sua publicação. No entanto, havia, também um interesse, como já comentado, do Estado em relação a esse projeto. Isto porque, em um Decreto del Poder Ejecutivo de maio de 1934, pode-se

---

<sup>21</sup> Ghioldi (1897-1985) foi dirigente do Partido Comunista da Argentina e representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista..

<sup>22</sup> Dickmann (1874-1955), além de médico e escritor, destacou-se como dirigente do Partido Socialista e participou da fundação do Partido Socialistas de la Revolución Nacional, aliado do presidente Juan Domingo Perón.

encontrar a seguinte consideração em relação à coleção: “Que la realización de una obra de conjunto, con la colaboración de especialistas, sin exclusiones, es de gran valor, por la coordinación del trabajo intelectual, que este Gobierno, fomenta y auspicia en toda oportunidad” (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 81). Mais adiante, ainda na mesma página, esta intenção de uma história com caráter pedagógico e utilitário fica ainda mais clara, já que o Decreto afirma

Que la publicación de esa obra fundamental, será de gran beneficio y conveniencia, conjuntamente con el *Manual y Atlas* que se publicará con destino a la enseñanza que se imparte en los establecimientos oficiales y particulares, obras que permitirán *avivar el conocimiento histórico y geográfico de nuestro país y difundir entre sus pobladores los gloriosos hechos del pasado y la vida de los prohombres de la nacionalidad argentina, contribuyendo con ello a apreciar en su valiosa importancia los faustos acontecimientos de nuestra nacionalidad y el cariño y respeto que ellos se merecen por parte del pueblo.* (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 81, grifo meu).

Para os historiadores envolvidos no projeto e, segundo a leitura dos deputados que analisaram a proposta, era necessário que a escrita de uma história da nação argentina se baseasse em critérios científicos, cujos profissionais envolvidos deveriam ser especialistas nos temas de investigação e que seguissem regras estritas em relação à construção teórico-metodológica de seus textos. Mesmo assim, a “pedagogia do exemplo”, segundo Janaedson Carino (1999), cujos grandes feitos do passado seriam ilustrativos dos caminhos a serem seguidos pelos cidadãos argentinos, era parte da forma como o Estado via a iniciativa, ou seja, com uma intenção de educar a população através de uma narrativa sobre o passado que poderia ser imitado.

Considero a publicação da coleção *História de la nación argentina* (1936) um projeto estatal, devido à concessão de vultosos recursos públicos para a iniciativa – foram destinados para sua impressão e distribuição 175000 pesos argentinos. No bojo desta concessão de recursos, “pesaban demandas acumuladas y diversas; desde aquellas procedentes de los diputados socialistas que apoyaron la concesión del abultado subsidio [...] con la pretensión de que se tratase de una versión ‘liberal, democrática, objetiva y equidistante de partidos y intereses’” (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 185). Assim, com a intervenção e o controle dos deputados, as demandas do Estado argentino na década de 1930 poderiam ser atendidas de forma mais significativa nos textos publicados com o aporte governamental.

No que diz respeito a um projeto estatal, pode-se destacar, ainda, que, como no caso do já mencionado Ernest Lavisse, na França, ocorreu uma interpenetração entre historiografia e Estado. Ocorre, também, que os historiadores do período tinham essa necessidade do aporte do Estado e, de modo inverso, a necessidade que o Estado tinha do trabalho destes intelectuais para legitimar sua atuação e proceder à construção de uma ideia de nação para a Argentina da primeira metade do século XX. Em sua obra *Historia de la historiografía argentina* (2009, p. 183), Fernando Devoto e Nora Pagano apontam para as justaposições destes diferentes elementos: “Resultan ampliamente conocidos los servicios recíprocos que desde la consolidación del Estado-Nación vincularon a la disciplina histórica con los aparatos especializados de aquél; ella debía ofrecer un texto justificador que operara hacia adentro y hacia fuera de sus fronteras”. Os autores ainda complementam sua afirmação com a seguinte reflexão:

Un modesto oficio – el de historiar – se convirtió entonces en un dispositivo que hizo de sus cultores – los historiadores – la encarnación misma de la Nación, como señaló Pierre Nora. La magnitud de la tarea que se esperaba de ellos resultaba bastante infrecuentemente proporcionada con los medios disponibles para afrontarla: *una voluntad política expresada en demandas estatales que, al tiempo que hacía factible la empresa historiográfica, la anudaba indisolublemente al mismo Estado; una ideología hegemónica, un aparato institucional concentrado en la universidad, sostenido materialmente por ese mismo Estado que le confería, además, el monopolio del saber legítimo y sobre el cual desplegar la gestión investigativa y docente; un grupo de agentes especializados – profesionales – cuya idoneidad permitía manejar los recursos técnicos que avalaban científicamente las pretensiones estatales.* (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 183, grifo meu).

Esta construção de uma narrativa sobre a nação deveria realizar-se a partir de uma operação que valorizaria o aspecto científico da epistemologia histórica, aproximando-se de Lavisse e da Escola Metódica francesa, que considerava a rigorosa utilização do método – a nuca por fontes, sua crítica interna e externa, sua correta utilização como base para a reconstituição do passado – como principal pilar de sustentação de seus trabalhos. Tal operação converteria as narrativas sobre o passado em uma construção de conhecimento passível de validação por seus pares.

### **Considerações finais**

No contexto específico da década de 1930 e dos cargos ocupados por Levene, cuja proximidade com o Estado permitiu que tivesse um papel importante no que diz respeito ao controle em relação às práticas historiográficas no período, sua atuação na construção de uma narrativa sobre a construção da nação argentina pôde ser exercida a partir de espaços que legitimariam sua visão do respeito o passado, através da consecução de projetos pessoais – que se tornara, também, estatais – como a coleção *Historia de la nación argentina* (1936). Isso ocorreria de forma ainda mais efetiva pelo fato de que, de acordo com suas próprias palavras, presentes no *Prólogo* da edição de 1939 da coleção, a História, enquanto disciplina, teria uma função importante na sociedade, evocando os grandes e bons acontecimentos do passado, com um sentido pedagógico.

Sobre estos pilares de la investigación intensiva y de la ilustración general, la historia es también una ética o filosofía social. Hay que vivificar el pasado con el sentimiento, es decir, la historia tiene que educar enseñando a respetar lo grande y a repetir lo bueno. Entonces el pasado no es un sueño que fué; tampoco es el sueño remoto o mito, creado por aquella función fabulatriz de que habla el filósofo Bergson. Es realidad de hoy, proyectada por el tiempo anterior, es un sistema convincente e imperativo a la vez, de creencias e ideas que se estructuran densamente formando la armazón entrañable de una sociedad. (LEVENE, 1939, p. 13).

Nesse sentido, e pensando especificamente nos interesses dos governos conservadores da década de 1930, principalmente o de Agustín P. Justo, a construção de uma narrativa sobre a Argentina enquanto nação era algo importante na escrita e publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936). O financiamento estatal oferecido, bem como a intenção de uma reconstituição da história do país, buscando suas origens na pré-história e no período colonial apontam para uma iniciativa que tinha por objetivo a construção de uma narrativa que servisse à nação da década de 1930, que evocasse os exemplos corretos – na visão dos organizadores – , já que, para o próprio Levene, o passado era “realidad de hoy, proyectada por el tiempo anterior”. Os resultados das escolhas feitas no passado incidiriam diretamente no presente. Por isso, o aspecto pedagógico do conhecimento histórico era tão importante, porque permitiria aos cidadãos argentinos espelhar-se no passado para construir seu futuro, a partir de uma narrativa de caráter conservador que atenderia diretamente aos interesses do Estado.

## Referências

- ACTAS de la Academia Nacional de la Historia relacionadas con la publicación de la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.
- ALGUNOS JUICIOS sobre la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.
- ÁLVAREZ, Enrique Zuleta. Los Gobiernos de la Concordancia. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Nueva Historia de la nación argentina**. Tomo VII. Buenos Aires: Planeta, 2001, p. 265-298.
- CATTARUZZA, Alejandro. Debates y representaciones de la historia nacional. In: CATTARUZZA, Alejandro (Org.). **Nueva historia argentina**. Tomo 7. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001, p. 429-476.
- \_\_\_\_\_. **Historia de la Argentina, 1916-1955**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense. 2011.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DOCUMENTACIÓN OFICIAL. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.
- EGGERS-BRASS, Teresa. **Historia argentina: una mirada crítica**. Ituzaingó: Maipue, 2006.
- ESCUADERO, Eduardo. **Ricardo Levene: políticas de la Historia y de la Cultura 1930-1945**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2010.
- GANDÍA, Enrique de. **Los estudios históricos en la Argentina**. I. La obra histórica de Ricardo Levene. Buenos Aires: El Ateneo, 1931.
- \_\_\_\_\_. La Academia Nacional de la Historia. Breve noticia histórica. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.
- HERAS, Carlos. Ricardo Levene (7-II-1885 – 13-II-1959). In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Obras de Ricardo Levene**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1961, p. 13-122.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. Ernest Lavisse. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 353-374.

LEVENE, Ricardo. **Leyes Sociológicas**. Buenos aires: Valerio Abeledo Editor, 1907.

\_\_\_\_\_. **Lecciones de Historia Argentina**. 2 Tomos. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia Editores, 1930.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. *Prólogo*. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. El plan orgánico de la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. Advertencia a la 2ª edición. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

PUBLICACIONES de la Academia Nacional de la Historia. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

ROCK, David. **El radicalismo argentino, 1890-1930**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

RUIZA, M.; FERNÁNDEZ, T.; TAMARO, E. **Biografías y Vidas**. La enciclopedia biográfica en línea. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/>. Acesso em: 20/05/2020.

Recebido em: 31/05/2020  
Aprovado em: 16/03/2021